



2 de julho de 2024 | nº 89

Arraial da Solidariedade: Festa e União no TCM



VEJA NESTA EDIÇÃO

- Centrais Sindicais Publicam Nota em favor da queda dos juros
- Mesa da Câmara publica Ato sobre benefício para aposentados com doença grave
- Textos Críticos: Leitura no Brasil: Estamos Lendo Menos!

AGENDA E EVENTOS IMPORTANTES

24, 25 e 26 de junho

Reuniões em Brasília

O vice-presidente do Sindilex, Miguel Lima, esteve em Brasília conversando com Deputados Federais sobre diversas pautas, incluindo a PEC 6/2024, que trata da desoneração gradual da contribuição previdenciária dos aposentados; o PLP 21/2023, que aborda o descongelamento dos 583 dias do tempo de serviço dos servidores para efeito de contagem de quinquênio e sexta parte; e a PEC do Teto nos Municípios com mais de 300 mil habitantes, discutida com a Deputada Luciene Cavalcante, entre outras pautas dos trabalhadores do setor público. As reuniões foram realizadas diretamente com os deputados ou com suas assessorias.



Miguel, representando o Sindilex e a Conacate, com a Deputada Luciene Cavalcante, juntamente com Wanderci, diretor da Pública Central do Servidor

25 de junho

Reunião na sede do MOSAP

O vice-presidente Miguel Lima participou da reunião do MOSAP (Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas), que tinha como pauta a mobilização pela aprovação da PEC 06/2024. Miguel destacou

que a aprovação da PEC 06/2024 refletirá positivamente na qualidade de vida dos aposentados e na economia, uma vez que o aumento da renda dos aposentados gera maior consumo de bens e serviços, o que, por sua vez, reflete positivamente na arrecadação dos Municípios, além de aumentar a base de cálculo do Imposto de Renda.

25 de junho

Encontro com Maria Lúcia Fattorelli da ACD

A Auditoria Cidadã da Dívida realizou reunião na sede do Sindilex, com a presença da coordenadora nacional da ACD, Maria Lúcia Fattorelli, e de membros do núcleo São Paulo da ACD. Durante a reunião, Maria Lúcia explanou sobre o sistema da dívida, especialmente o funcionamento do esquema de securitização aprovado pelo Congresso por meio do PLP 459/2017, que tem endividado os entes da federação onde tem sido implantado. Os diretores do Sindilex, Daniel Santos, Marcos Alcy e Sônia Alves, que também são membros do núcleo São Paulo, estiveram presentes no encontro.



26 de junho

Plantão no TCM

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, e o vice-presidente, Marcos Alcy, estiveram presentes no Tribunal de Contas, onde conversaram com autoridades e dialogaram com servidores de diversos setores sobre as demandas da categoria. O presidente também acompanhou a Sessão Plenária do Tribunal.

Reunião da Pública Central dos Servidores

O presidente Daniel Santos, o vice-presidente Marcos Alcyr e a diretora de Comunicação Sônia Alves participaram da reunião da Diretoria da Pública, onde debateram os seguintes pontos de pauta (pauta resumida):

- 1) Informes sobre a participação da Pública, através da representação do diretor Wanderci, na audiência pública da Câmara Federal sobre os "Impactos da reforma tributária na empregabilidade do país";
- 2) Informes sobre o julgamento no STF que acaba com o confisco de aposentados e pensionistas;
- 3) Movimentos nos estados (Mosap e Pública no Paraná) para mobilizar servidores pela aprovação da PEC 06/24;
- 4) O III Congresso da Pública em agosto/24.

Recepção dos novos servidores do TCM

A Astcom e o Sindilex, com apoio da AudTCM, realizaram um churrasco de recepção para os novos servidores do TCM. O evento foi realizado na sede da Astcom e também celebrou os dois campeonatos promovidos pela associação: a Lampions League e a 1ª Copa Feminina de Futsal.

O presidente Daniel Santos e o vice-presidente Marcos Alcyr estiveram presentes e saudaram os servidores que ingressaram recentemente no TCM.

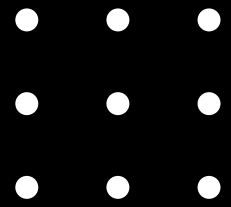


Reunião da Conacate

Os diretores do Sindilex, Daniel Santos, Marcos Alcyr e Antonio Carlos Fernandes, também presidente da Conacate (Confederação Nacional das Carreiras e Atividades Típicas de Estado), participaram da reunião presencial da confederação, que ocorreu na sede da Associação dos Delegados de Polícia (ADPESP). Na reunião foram debatidos os seguintes pontos:

- 1)** Desmonte das Estruturas Confederativas e suas consequências;
- 2)** Autorização à Conacate para ingressar com Dissídio Coletivo perante o TJSP para as categorias de base interessadas;
- 3)** Encaminhamento pela Conacate de ADI contra o PLP 459/2017, que trata da securitização;
- 4)** Apresentação do professor Ari Moura, do Instituto Carlos Matus, sobre os percalços do sindicalismo, tema que foi amplamente debatido pelos presentes na reunião.

Ao final, os presentes participaram de um almoço de confraternização entre as entidades.



DATAS E EVENTOS IMPORTANTES

Entidades e TCM promovem o Arraial da Solidariedade

No dia 20 de junho, o TCM, a Escola de Gestão e Contas, e as entidades Astcom, Sindilex e AudTCM promoveram a festa junina **Arraial da Solidariedade**. A proposta foi promover a diversão juntamente com uma ação de solidariedade aos nossos irmãos do Rio Grande do Sul. Os organizadores incentivaram as doações, que poderiam ser colocadas em uma caixa destinada para esse fim e que, posteriormente, seriam entregues à Prefeitura de São Paulo. Todos demonstraram que é possível se divertir e ser solidário.

Os diretores do Sindilex, Daniel Santos, Miguel Lima e Eduardo Carrion, estiveram presentes no evento.





DATAS E EVENTOS IMPORTANTES

PROJETO DO “DESCONGELA JÁ”: PRESSIONE OS DEPUTADOS

O projeto (PLP 21/2023) – Descongela Já, de autoria da Deputada Federal Luciene Cavalcante (PSOL), propõe o descongelamento do tempo de serviço paralisado pela Lei Complementar 173/20, liberando a contagem de tempo para efeito de quinquênios, sexta-partes e licença-prêmio. Além disso, o PLP 21 autoriza os entes federados a pagarem os valores retroativos de anuênios, triênios, quinquênios e sexta-parte.

No dia 27 de maio, na Câmara Municipal, foi realizada a Audiência Pública sobre a matéria, em conjunto com a Câmara Federal. Nesse momento, a Deputada Luciene apresentou uma plataforma para pressionar os deputados federais a pautarem e votarem favoravelmente no projeto.



Basta um clique em cada deputado e enviar a mensagem para ajudar na pressão.

DESCONGELA JÁ



SINDICALISMO PELO BRASIL



Centrais Sindicais Publicam Nota em favor da queda dos juros

POR JUROS BAIXOS PARA O DESENVOLVIMENTO COM JUSTIÇA SOCIAL

A manutenção da taxa de juros em 10,5%, o 2º maior juro real do mundo, é um entrave para o setor produtivo, para a geração de empregos decentes e para o consumo, verdadeiro motor da economia.

A alta taxa só beneficia a especulação e o rentismo. Ela restringe o potencial de crescimento do país e diminui a capacidade de investimentos em serviços públicos essenciais como educação, saúde e infraestrutura, uma vez que obriga o governo a pagar mais juros pela dívida pública.

Como resultado, milhares de obras estão paradas e metade da população em condições de trabalhar está na informalidade, sem direitos e sem aposentadoria. Enquanto isso, os banqueiros lucraram 26 bilhões de reais só no último trimestre.

Baixar os juros é fundamental para a retomada do crescimento sustentável, com inclusão do povo trabalhador na economia para além da mera subsistência. A taxa de juros mais baixa proporciona crédito mais acessível para pessoas e empresas; incentiva o consumo; previne a inadimplência e incrementa investimentos em pequenas e médias empresas, entre outros.

Mas o presidente do Banco Central, Campos Neto, herança do desgoverno Bolsonaro, insiste em manter a taxa de juros alta. Ele não pensa no povo, só nos lucros do rentismo e da especulação financeira.

Por isso nós, trabalhadores, nos mobilizamos e vamos para as ruas para pedir em uma só voz:

Juros baixos para o Brasil crescer!



TRIBUNAIS DE CONTAS PELO BRASIL



Em iniciativa da Escola de Gestão e Contas do TCM, foram apresentadas as condutas vedadas aos agentes públicos no período eleitoral

A Escola de Gestão e Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo realizou, na quinta-feira, 27/06, uma palestra com o controlador geral do município, Daniel Falcão, sobre “Condutas Vedadas aos Agentes Públicos no Período Eleitoral”.

A palestra aconteceu na sede da Escola de Contas, com o objetivo de esclarecer os agentes públicos sobre os termos da Portaria 22/2024, publicada pela Prefeitura. Essa portaria orienta sobre participações em atividades de natureza político-eleitoral e sobre a legislação que regulamenta as eleições municipais. A portaria busca proporcionar conhecimento a todos os agentes públicos sobre a legislação eleitoral, garantindo a isonomia entre os candidatos que participarão do pleito.

*Para quem perdeu essa oportunidade, a palestra pode ser assistida
[clicando aqui](#)*



LEGISLATIVOS PELO BRASIL

Mesa da Câmara publica Ato sobre benefício assistencial aos servidores aposentados com doença grave

A Mesa da Câmara Municipal de São Paulo publicou na quinta-feira (27/06) o Ato 1642/24, que normatiza a Lei 17.969/2023, que trata dos benefícios assistenciais aos servidores aposentados com doença grave, ou seja, ficam isentos do pagamento da contribuição previdenciária os servidores estatutários aposentados que possuem doença grave e que ganham até limite do teto do INSS, ou seja, até R\$ 7.786,00. A partir desse valor o desconto de 14% passa a incidir apenas sobre o que ultrapassar o teto.

Tal benefício era previsto em lei e foi retirado quando da segunda reforma previdenciária municipal (Sampaprev II) em 2021, promovida pelo prefeito Ricardo Nunes.

A luta dos servidores, representados pelo Fórum de Entidades de Servidores Municipais, foi árdua mas conquistaram o retorno de parte benefício.

Por que parte do benefício? Porque antes de ser revogada pelo Sampaprev II, a lei determinava o desconto previdenciário apenas a partir de duas vezes o teto do INSS, ou seja, R\$ 15.572,00.

Tal solução técnica de cálculo foi o que foi possível negociar com a Prefeitura para pelo menos garantir um benefício aos servidores aposentados com doença grave, disse Márcia da FASP – Federação das Associações Sindicais e Profissionais de Servidores da Prefeitura do Município de São Paulo, entidade que compõe o Fórum de Entidades, que conta com a participação do Sindilex.

[Veja clicando aqui a íntegra do Ato da Mesa](#)



A Oligarquia Paulista e os Mandarins do BC

por Carlos de Assis e Paulo Lindesay***

Num momento em que a Sociedade brasileira, de forma quase unânime, expressa sua grande dor pelo desastre sem precedentes no Rio Grande do Sul, dois eventos protagonizados por um grupo restrito de renegados neoliberais demonstraram, separadamente, sua absoluta indiferença em relação à causa da tragédia. Num deles, membros da oligarquia paulista foram a Brasília pedir a Alckmin a redução da taxa de juros. Noutro, Roberto Campos Neto reuniu quatro ex-presidentes do Banco Central que o precederam no cargo para pregar a independência total do banco em relação aos dirigentes dos três Poderes da República.

A redução da taxa básica de juros faz algum sentido, pois, sem uma drástica redução dela, o Brasil não voltará a crescer a altas taxas. Mas ela deveria vir acompanhada da eliminação sumária da correção monetária, a que a oligarquia financeira resistirá com todas as suas forças, alegando direito adquirido. De fato, a eliminação da correção afetaria as próprias bases da política econômica nas quais se assentam os pilares do processo de transferência de renda embutido no gerenciamento pelo BC da dívida pública por intermédio das tais operações compromissadas, que geram a absurda concentração de renda no País.

A taxa Selic hoje está em 10,50% ao ano. Ela foi decidida no dia 8 de maio de 2024 e representa uma queda de 0,25%, em relação à reunião de março, quando os juros estavam em 10,75% ao ano. Mas essa redução beneficiou diretamente o setor financeiro e as grandes corporações.

Detentores da maior parte de títulos da dívida pública, indexada à SELIC (e outras taxas que também terminam por se referenciar por ela), garantindo uma taxa real de aproximadamente 6,81%. Uma simples operação matemática comprova essa engenharia. Taxa básica de juros (SELIC) 10,50% – IPCA acumulado de 12 meses de 3,69% em abr./2024.

Ao analisarmos os dados do relatório mensal da dívida pública^[1], verificamos que o custo médio da dívida pública federal, nos 12 meses terminados em jan./24 foi de 10,65%. Nesse período o estoque da dívida pública federal alcançou R\$ 8,8 trilhões, ou 80,4% do PIB. Isso representa, a cada 12 meses, uma sangria aos cofres públicos federais na ordem de R\$ 937 bilhões de juros^[2]. Isso significa um grande problema para macroeconomia brasileira, administrada pela autoridade financeira – Banco Central do Brasil.

Essa política macroeconômica suicida do BACEN, entre 2000 e março de 2024, em pouco mais de 23 anos, sangrou os cofres públicos federais, somente com o pagamento dos juros da dívida pública federal, em cerca de R\$ 3,9 trilhões, em valores nominais, valor este que ainda é fortemente subestimado, dado que grande parte dos juros é contabilizada pelos governos como “atualização monetária” e computada dentro das amortizações, como o chamado “refinanciamento” ou “rolagem”. Considerando os pagamentos das amortizações da dívida pública federal (pagamento do principal da dívida pública), o desembolso foi na ordem de mais de R\$ 18 trilhões, em valores nominais. Como pode um país sangrar os cofres públicos, a título de serviço da dívida pública (juros + Amortização) em mais de R\$ 22 trilhões e o estoque da dívida pública federal ainda seguir uma trajetória de crescimento, ao longo dessa série histórica? No último dado oficial publicizado, de abril de 2024, o estoque da dívida pública federal bruta alcançou R\$ 9,1 trilhões ou 82% do PIB.

*Economista e Doutor em Engenharia de Produção

**Professor Tutor da Auditoria Cidadã/Diretor da ASSIBGE-SN/Coordenador do Núcleo Sindical Canabarro e Coordenador da Auditoria Cidadã Núcleo RJ

TEXTOS CRÍTICOS

Imagem meramente ilustrativa: Freepik



Leitura no Brasil: Estamos Lendo Menos!

Por Mateus Novaes Dias

A leitura é fundamental para a cultura e a educação de qualquer lugar. No Brasil, os hábitos de leitura estão mudando e enfrentando alguns desafios que não podemos ignorar. De acordo com a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil de 2019 (última pesquisa realizada), cerca de 52% dos brasileiros se consideram leitores, o que equivale a aproximadamente 100 milhões de pessoas. Esse número é menor que o da pesquisa anterior, de 2015, quando 56% dos brasileiros se diziam leitores. Ou seja, em quatro anos, perdemos o considerável número de 4,6 milhões de leitores! A Bíblia e os jornais seguem

sendo os líderes, mostrando que a busca de informações e a leitura por motivos religiosos têm fortíssima relevância em nossos hábitos. Em média, os brasileiros leem 4,96 livros por ano, contando livros físicos, digitais e audiolivros. Mas é importante ressaltar que o acesso à leitura não é igual para todos. As classes A e B e as pessoas com ensino superior leem bem mais do que o resto da população.

Quando olhamos para os jovens de 11 a 17 anos, a situação é um pouco diferente. Apenas 50% deles se consideram leitores, um número um pouco inferior à média nacional. As principais motivações para a leitura entre os jovens são o gosto (24%), a busca por atualização cultural ou conhecimento geral (22%) e a distração (21%). No entanto, muitos jovens também enfrentam barreiras para ler mais. A falta de tempo é o principal motivo, citado por 54% deles. Além disso, 23% preferem outras atividades e 19% dizem que simplesmente não têm interesse em leitura. Houve uma queda no percentual de jovens leitores em relação a 2015, quando 60% se consideravam leitores. A concorrência com outras mídias, como jogos eletrônicos e redes sociais, é um grande desafio. No entanto, a leitura de livros digitais está crescendo entre eles, com 14% afirmando que leem nesse formato. A escola desempenha um papel crucial no incentivo à leitura, com 65% dos jovens leitores dizendo que foram influenciados pela escola a ler mais. Isso mostra a importância de um ambiente educacional que valorize e promova a leitura.

E quanto aos adultos? Por que leem? Muita gente diz que lê para se atualizar ou ganhar mais conhecimento (25%), para se distrair (20%) ou simplesmente porque gosta (19%). Mas, assim como os jovens, muitos adultos encontram dificuldades para incluir a leitura na rotina. A falta de tempo é a principal barreira, mencionada por 52% dos não leitores. Outros 24% dizem que não têm interesse, e 19% preferem fazer outras coisas. Infelizmente, quase metade dos brasileiros (44%) não lê, e 30% nunca comprou um livro na vida. A renda média do trabalhador brasileiro foi de R\$ 2.811 em 2023, o que pode explicar por que muita gente não vê a leitura como prioridade. Quando o dinheiro é curto, outras necessidades acabam vindo primeiro.

Além disso, a educação influencia muito o quanto as pessoas leem. Entre a população com 25 anos ou mais, 4,6% não têm instrução, 28,5% têm o ensino fundamental incompleto, 18,5% têm o fundamental completo, 15,1% não completaram o ensino médio, 20,1% completaram o ensino médio, 5% começaram, mas não completaram o ensino superior, e 8,2% completaram a faculdade. Quem tem mais anos de estudo, geralmente, lê mais.

Para mudar essa situação, é preciso facilitar o acesso aos livros, especialmente em áreas onde as pessoas têm menos recursos. Criar mais bibliotecas comunitárias, apoiar programas de incentivo à leitura e fazer parcerias com escolas e outras instituições pode ajudar muito. Além disso, precisamos fazer com que a leitura se torne uma atividade prazerosa e comum no dia a dia das pessoas, especialmente dos jovens que são bombardeados cotidianamente com outras distrações, sobretudo através dos smartphones. Ler é muito mais que um hábito; é uma forma de transformação pessoal e social. É preciso promover a leitura e construir um Brasil onde os livros tenham um lugar especial no cotidiano de todos.

Fontes:

- Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil - 5ª edição
- PIB per capita avança no Brasil
- PNAD Contínua - IBGE

PRÓXIMOS EVENTOS



Programa de formação do Patrimônio do Servidor Público

PLANTÃO JURÍDICO
online

PAUTA

Ação PASEP

com Advogados

PARTICIPE!

11 DE JULHO ÀS 11H30



[Acesse o zoom pelo QR Code ou clique aqui](#)

SINDILEX
SINDICATO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL E DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

☎ (11) 3104.1023 📞 (11) 99607.9578
✉ sindilex@sindilex.org.br

MASSOTERAPIA

ADRIANA VALÉRIA RIBEIRO



5

Melhores benefícios do
Spa dos pés

- 1. Alivia dores nos pés
- 2. Proporciona relaxamento
- 3. Melhora a circulação sanguínea
- 4. Promove maciez
- 5. Suaviza as calosidades

AGENDE SUA CONSULTA: (11) 3104.1023

AÇÕES JUDICIAIS



Acompanhe as matérias com ações judiciais em andamento e outras possíveis de se ingressar

Atenção servidor, fique atento ao seu saldo do PASEP



Ação PASEP

Programa de formação do Patrimônio do Servidor Público

Histórico

No início de outubro, o Superior Tribunal de Justiça, ao analisar o Tema 1.150, estabeleceu diretrizes que atribuem ao Banco do Brasil a responsabilidade por retiradas não autorizadas ou por má administração de fundos das contas PASEP.

Portanto, aqueles que se tornaram servidores públicos antes da implementação da Constituição Federal de 1988 podem ter o direito de receber uma restituição significativa se houver descoberto irregularidades nos extratos de suas contas PASEP.

Finalidade da Ação

O objetivo da ação é buscar indenização por prejuízos decorrentes de retiradas indevidas em conta individual vinculada ao PASEP.

Honorários

1) Análise do extrato e verificação da existência de saldo a ser cobrado na ação:

- R\$ 500,00 para filiado Sindilex
- R\$ 600,00 para não filiado Sindilex

2) Se houver saldo:

2.1) Ajuizamento da ação:

- R\$ 500,00 para filiado Sindilex
- R\$ 600,00 para não filiado Sindilex

2.2) 20% do valor a ser recebido.

Procedimento

1) Solicitar extrato da conta PASEP junto ao Banco do Brasil:

[Clique a aqui para o formulário do Requerimento de Extrato do PASEP](#)

2) Encaminhar extrato para o Sindilex:

Email: sindilex@sindilex.org.br

Whatsapp: (11) 96607-9578

3) Documentação adicional

- Procuração e contrato assinados
- Documento de identidade (RG) e CPF
- Comprovante de endereço
- Extrato da conta PASEP

Decisão Judicial Favorável na Ação de Migração do Sampaprev



É com satisfação que informamos o trânsito em julgado da ação nº 1003290-46.2020.8.26.0053, promovida pelo Sindilex, relativa à migração para o Regime de Previdência Complementar (RPC). A ação visa ajustar as contribuições e garantir os direitos previdenciários dos nossos sindicalizados.

PRINCIPAIS PONTOS

Execução de Sentença: Os advogados do Sindilex já iniciaram as ações legais para que o IPREM apresente os cálculos das diferenças de contribuições desde dezembro de 2018, facilitando o recebimento de valores atrasados via precatórios para aqueles que já migraram.

Assessoria Financeira: O Sindilex disponibilizará consultoria para os cálculos previdenciários, auxiliando na decisão de migração.

Servidores que já migraram: Enviar os holerites de dezembro/2018 até o mês de sua migração.

Servidores que ainda não migraram: Enviar os holerites de dezembro/2018 a abril de 2024, incluindo os de folha suplementar.

Para obter mais informações detalhadas sobre a decisão e os próximos passos, entre em contato com o Sindilex.

Email: sindilex@sindilex.org.br

Whatsapp: (11) 96607-9578

Painel de Ações Judiciais em andamento

O Sindilex impetrou várias ações coletivas e individuais, visando defender os interesses dos servidores da categoria.

[Para mais detalhes, veja o resumo e acompanhe o status atualizado das ações clicando aqui](#)



Este foi o boletim Sindilex com as últimas atualizações e informações relevantes. Para manter-se sempre informado e participativo, não deixe de nos acompanhar. Além disso, estamos abrindo um canal especial para perguntas e sugestões, reforçando nosso compromisso com a transparência e a participação de todos. Compartilhe suas ideias e contribua para um Sindilex ainda mais representativo. Aguardamos o seu contato!

Ousar lutar, ousar vencer.

Visite nosso site www.sindilex.org.br e saiba mais